



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

Curso de Ciências Econômicas

**A Fruticultura Tropical Irrigada Como Alternativa Para o
Desenvolvimento da Região Nordeste**

Ana Cristina Sales Oliveira

Fortaleza, Outubro, 1998 - 1

A Fruticultura Tropical Irrigada Como Alternativa Para o Desenvolvimento da Região Nordeste

Ana Cristina Sales Oliveira

Orientador: Maria Goretti Serpa Braga

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

**FORTALEZA - CE
1998**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Bacharel em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/>	Média
✓ ANA CRISTINA SALES OLIVEIRA	<hr/>
Nome da Aluna	

<hr/>	Nota
Prof(a): MARIA GORETTI SERPA BRAGA	<hr/>
Prof. Orientador	

<hr/>	Nota
Prof(a): EURIPEDYS EWBANK ROCHA	<hr/>
Membro da Banca Examinadora	

<hr/>	Nota
Prof(a): RAUL DOS SANTOS FILHO	<hr/>
Membro da Banca Examinadora	

Monografia aprovada em 29 de Outubro de 1998.

Agradecimentos

A Deus, por todas as bênçãos que me deu ao longo da vida para que eu chegasse a este momento.

A minha mãe, pelo incentivo e compreensão que sempre me dispensou.

À professora Goretti, pela paciência e compreensão durante a elaboração deste trabalho.

Ao meu namorado, sem o qual a conclusão deste trabalho teria sido muito mais difícil.

E a todos que contribuíram de alguma forma para que eu pudesse concretizar este objetivo.

Resumo

O Nordeste brasileiro já teve sua fase gloriosa no cenário nacional quando dominava a economia com a produção de cana-de-açúcar e algodão, em épocas anteriores. Com as crises dessas culturas o Sul e o Sudeste brasileiros passaram a dominar a economia nacional e o Nordeste perdeu o trem do desenvolvimento, passando de região hegemônica à região – problema do país. O governo federal, assumindo corretamente sua responsabilidade junto à população nordestina, sempre interveio no quadro regional. Foram diversos órgãos e programas instituídos com esse fim. Dentre eles o DNOCS, o BNB e a SUDENE, que contribuíram de modo relevante para atenuar a crise econômico-social que se fez constante na região. Contudo, esses esforços não foram suficientes para solucionar o problema. Eis que surge a Fruticultura Tropical Irrigada que pouco a pouco ganha importância na produção regional e revela-se uma promissora alternativa para o desenvolvimento do Nordeste. O Brasil é o maior produtor mundial de frutas, respondendo por 10% da produção deste setor, sendo que o Nordeste participa com 29% na produção nacional. Apesar da grande quantidade produzida, apenas 1% de seu total é exportado e somente 5% da área total cultivada no Brasil é ocupada por esta cultura. Esses dados dão uma idéia do potencial a ser explorado nesta atividade no Brasil, ressaltando que é no Nordeste que a fruticultura encontra condições excepcionais para seu desenvolvimento. O Nordeste brasileiro é a única região no mundo que possui clima tropical semi-árido. São em média 2.800 horas de sol por ano, alta luminosidade, baixa umidade relativa do ar e constância de calor. Tudo isso, aliado à irrigação, transforma-se em significativa vantagem comparativa em relação às demais áreas do planeta, possibilitando a competição pelos mercados nacional e internacional. O governo federal possui atualmente um programa de apoio à fruticultura irrigada no Nordeste que visa, a partir de áreas potenciais pré-determinadas, os Pólos de Desenvolvimento Integrado, promover uma reviravolta na zona rural nordestina que possivelmente surtirá efeitos em todos os setores da economia, inclusive da zona urbana, modificando o quadro sócio-econômico regional, através da promoção do desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida da população.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1 - O Nordeste a Partir de 1950 - Uma Análise das Políticas Econômicas.....	04
1.1. DNOCS.....	04
1.2. BNB.....	05
1.3. SUDENE.....	06
1.4. POLONORDESTE.....	08
1.5. Avaliação dos Principais Resultados.....	11
Capítulo 2 - A cultura de Frutos Tropicais no Nordeste Brasileiro.....	14
2.1. Panorama Agrícola Atual.....	15
2.2. Porque a Fruticultura?.....	16
2.2.1. Indicadores Econômicos.....	17
2.2.2. O Emprego e a Renda.....	18
2.2.3. O Mercado.....	19
2.2.4. Áreas Para Produção.....	22
2.2.5. Produtos Potenciais.....	23
2.3. Barreiras ao desenvolvimento.....	26
2.3.1. Barreiras Não-Tarifárias.....	27
2.3.2. Questão Fitossanitária.....	28
2.3.3. Condições de Comercialização.....	30
2.4. A importância da Agroindústria.....	31
Capítulo 3 - Uma Experiência de Sucesso.....	33
O Caso Chile.....	33
Conclusão.....	39
Bibliografia.....	43

Introdução

O Nordeste nem sempre foi uma região atrasada dentro do quadro sócio-econômico nacional. Ao contrário, já foi o centro dinâmico da economia brasileira durante os ciclos do açúcar e do algodão, principalmente. Com as crises dessas culturas o Sudeste assumiu o comando da economia tanto na esfera econômica como na política. Era o café o principal produto nacional de então. Como era o Sudeste o grande pólo econômico na época do início da industrialização no Brasil, processo financiado com os lucros da produção cafeeira, é lógico deduzir que foi nesta região que se concentraram os esforços para criação da indústria nacional.

O Nordeste então ficou à margem do desenvolvimento e tornou-se palco de constantes situações de calamidade, promovendo um êxodo populacional em escala assombrosa que, embora a princípio tenha contribuído enormemente para o crescimento do Sudeste, com o tempo criou um caos social à medida que demandava muito mais infra-estrutura do que se podia criar, pondo em cheque a ideologia pregada de que o desenvolvimento geraria melhoria nas condições de vida da população.

O governo federal manteve-se presente sempre na região nordestina atuando como o grande agente promotor do desenvolvimento. Foram diversos órgãos e programas criados com esse fim. No entanto, todo o esforço governamental não foi suficiente para extinguir as disparidades inter-regionais, muito embora tenham atenuado bastante o quadro.

O objetivo deste trabalho consiste justamente em mostrar uma nova alternativa para desenvolver a região. Não é apenas mais uma tentativa. Trata-se de um projeto com grandes possibilidades de sucesso, pois apóia-se em condições reais, já existentes. O que falta então é organizar estas condições, incentivar e direcionar as ações, de modo que produzam os resultados necessários.

Esta “nova” alternativa para o desenvolvimento do Nordeste trata-se da produção de frutos tropicais com auxílio da irrigação. O clima tropical semi-árido que sempre foi apontado como o grande obstáculo à agricultura nordestina, quando se trata da produção de frutos, torna-se uma vantagem importantíssima em relação às outras áreas produtoras do mundo. As características deste clima são fatores que contribuem para aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, além de possibilitar que se produza durante todo o ano. Para se ter idéia do retorno financeiro dos investimentos, podemos citar o caso do limão que requer um investimento inicial de US\$ 4.000 por hectare e proporciona uma receita anual de US\$ 13.500 por hectare. Do lado social, mais vantagens: enquanto a cultura do feijão gera 0,09 emprego por hectare ao ano, cada hectare ocupado com a produção de melão gera ao ano 0,6 emprego, ou seja, a cultura de melão gera quase 7 vezes mais empregos do que a cultura de feijão. No âmbito das relações de comércio exterior, um dos pontos mais interessantes é o resultado positivo que a fruticultura pode gerar na balança comercial, pois não só aumentará as exportações nacionais, proporcionando mais divisas, como atenderá à demanda interna, fazendo cair as importações destes produtos (que atualmente chegam a US\$ 400 milhões), diminuindo a saída de divisas.

A fruticultura irrigada já transformou a economia de algumas áreas do Nordeste, provando que é uma atividade viável. Se trabalhada com seriedade, será possível reverter as barreiras que ainda dificultam o seu crescimento e a fruticultura tropical poderá então gerar condições para que a economia nordestina supere seu atraso sócio-econômico, contribuindo para transformar radicalmente a realidade no campo, melhorando a qualidade de vida dos nordestinos.

No primeiro capítulo deste trabalho serão expostos de forma sintética, alguns esforços anteriores de alavancar a economia nordestina. A ênfase se dará na atuação do Estado nos últimos cinquenta anos, citando suas principais ações e respectivos resultados.

A Fruticultura irrigada será o assunto do segundo capítulo, onde serão mostradas as principais razões que fazem desta atividade a que melhor se enquadra às potencialidades e necessidades regionais. Suas conseqüências sobre o emprego e a renda, os produtos que melhor atendem aos objetivos almejados, seus possíveis reflexos na conjuntura nacional, serão alguns dos itens abordados neste capítulo. Os fatores que atrapalham o pleno desenvolvimento desta atividade também serão expostos nesta parte do trabalho.

O terceiro capítulo trata-se de uma comprovação de que o esforço vale a pena. O tema abordado será a fruticultura chilena que é uma das mais desenvolvidas no mundo e, o mais interessante, com condições naturais menos favoráveis que as do nordeste brasileiro. Neste capítulo será mostrado todo o processo de promoção desta atividade naquele país, o esforço público e privado que, de forma organizada e programada, transformou o Chile no líder mundial das exportações de frutas.

O trabalho encerra-se com as conclusões da autora, sua opinião pessoal sobre o que já foi feito e o que ainda há para se fazer, visando ao sucesso econômico e principalmente social desta atividade.

Capítulo I - O Nordeste a Partir de 1950-Uma Análise das Políticas Econômicas

Neste primeiro capítulo será analisada a forma como o Estado tem intervindo na economia nordestina. Suas políticas, suas ações, sua perspectiva de análise do problema. Serão expostas as várias tentativas do governo central em alavancar o desenvolvimento da região e as conseqüências dessas ações. (Nosso intervalo temporal é da década de 1950 em diante).

Os anos 50 foram marcados por duas grandes secas: a primeira nos anos de 1951, 1952 e 1953 (mais intensa no primeiro ano), e a segunda em 1958. Este fato é importante tendo em vista que a seca sempre foi tratada como o grande problema da região, a grande causa do atraso de seu desenvolvimento, a partir do qual todos os outros problemas se desenvolviam.

1.1 – DNOCS

Foi com base nesta análise que o Estado atuou na região. Primeiramente através do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas -, construindo açudes, poços, estradas e elaborando estudos sobre novas técnicas produtivas adequadas às condições naturais da região. O DNOCS não conseguiu, entretanto, modificar a estrutura econômico-social da região, nem era seu propósito, como realmente não poderia sê-lo, visto que o órgão era dirigido por representantes da oligarquia algodoeiro-pecuária. Dentro dessa perspectiva é que o DNOCS, de 1909 a 1981, construiu 265 açudes públicos e 596 açudes em cooperação no Polígono das Secas¹ sem, no entanto, modificar em nenhum aspecto a estrutura fundiária vigente. Ao contrário, contribuiu para a manutenção do quadro sócio-político-econômico local, privilegiando os médios e grandes fazendeiros na medida em que construía barragens em suas propriedades, valorizando a terra. Os gastos do DNOCS “significam simplesmente um

¹ Fonte: ARAÚJO, José Amaury de Aragão: Coord. - Barragens no Nordeste do Brasil. Fortaleza, DNOCS, 1982, pp. 138-54.

reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação”².

1.2 – BNB

Sob as ameaças das conseqüências da seca de 1951, surge a proposta de criação de um banco de desenvolvimento para a região. Assim, em 1952 é criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pois até então o Nordeste possuía apenas 265 agências bancárias (7,7% do total nacional), o que tornava difícil o acesso ao crédito numa região já pobre de recursos³. O Banco do Nordeste surge então “como instituição de atribuições múltiplas, destinada a, no quadro geral das medidas tendentes ao desenvolvimento da região, fomentar atividades reprodutivas, predominantemente no setor privado, mediante a concessão de créditos a prazos curto, médio e longo”⁴.

Foi através dos esforços do BNB por um trabalho de coordenação e de planejamento regional que, durante o governo Kubitschek foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), do qual fazia parte Celso Furtado. O GTDN elaborou um relatório denominado “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste” - mais conhecido como Relatório Furtado - que “documentava em detalhe as grandes disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul, analisava cuidadosamente suas causas fundamentais e sugeria as novas políticas que deveriam ser adotadas”⁵, entre elas: a industrialização da região, de forma a criar uma economia resistente à seca; transformar a agricultura das zonas úmida e semi-árida; e promover a povoação do norte do Maranhão, terras de solo úmido, através de transferência de excedentes populacionais da zona semi-árida.

² OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 52.

³ BARBOSA, Raul. O BNB e o Desenvolvimento Econômico da Região. Fortaleza, BNB, 1979.

⁴ Idem

1.3 – SUDENE

As propostas de Celso Furtado resultariam na criação, em 15 de dezembro de 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - a SUDENE -, órgão vinculado diretamente ao Governo Federal.

A área de atuação da SUDENE é o Polígono das Secas, compreendido pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, o norte (zona árida) de Minas Gerais e o Território Federal de Fernando de Noronha. Vale ressaltar que até então o Maranhão não fazia parte do Polígono das Secas, sendo incluído por ser estratégico no plano de distribuição populacional.

A SUDENE era um órgão de planejamento e execução de programas. Nas palavras de Tereza Helena Cicco de Albuquerque⁵, “as vitórias obtidas pela SUDENE desde sua criação são da mais alta importância: a economia nordestina passou a ter um crescimento médio anual de 7,1% entre 1960 e 1974, comparado com 3% entre 1940 e 1950; a renda per capita do nordestino passou de 37% em relação ao brasileiro, em 1955, para 47%; a oferta de empregos no setor industrial cresceu em 200% nestes 17 anos; a oferta de empregos em geral cresceu em 64%; as estradas pavimentadas triplicaram em 15 anos, passando de 10.000 Km em 1960 para cerca de 30.000 Km em 1975; a capacidade geradora de energia elétrica passou de 280 megawatts em 1959 para 1.550 megawatts em 1974”.

Porém, os resultados não foram todos tão significativos para a economia regional como se pretendia. O fato é que as ações se distanciaram das intenções iniciais do GTDN, e as indústrias implantadas no Nordeste neste período não produziram os efeitos necessários para dinamizar a economia local, nem a montante nem a jusante. Ao invés de se investir nas indústrias tradicionais, principalmente têxtil e alimentícia, os incentivos serviram à instalação

⁵ MARANHÃO, Silvio. Estado e Planejamento Regional: A Experiência do Nordeste Brasileiro. in A Questão Nordeste. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

de novas indústrias que importavam de outras regiões a maior parte da matéria-prima utilizada e produziam basicamente insumos que seriam utilizados em indústrias do Sudeste do país, principalmente. Dessa forma se implantou uma indústria complementar à do resto do país e não uma indústria independente como sugeria o GTDN. Segundo relatório da própria SUDENE⁷, a participação das indústrias que lideravam os investimentos do 34/18 - FINOR⁸ reflete-se nestes dados: química (30%), metalúrgica (16%), minerais não-metálicos (7%), material elétrico e comunicações (4%); aos segmentos tradicionais restaram menos de 30% dos investimentos, assim distribuídos: têxtil (15%), alimentício (10%) e de vestuário e calçados (3%).

Quanto à origem dos capitais financiados por este dispositivo (34/18 -FINOR), a maior parte era do Sudeste do país, revelando uma concentração espacial de capital. Segundo Guimarães Neto⁹, “das 100 maiores empresas industriais brasileiras classificadas em 1971, cerca de 14 delas tinham, à época, projeto próprio implantado ou em implantação no Nordeste e estavam presentes entre os 67 principais projetos aprovados para a área da SUDENE”. É lógico concluir que estas unidades produtivas implantadas no Nordeste não concorreriam com as matrizes do Sul. O que provocou o deslocamento foi a busca de maior retorno sobre o capital investido, o que não era difícil pois, segundo Guimarães Neto, a empresa arcaria com apenas pouco mais de 6% dos custos de investimento, caso usufrísse de todos os benefícios possíveis do programa. Os incentivos iam desde isenção total ou parcial do imposto de renda, aval da SUDENE para obtenção de empréstimos nos bancos oficiais (BNB, BNDE), até

⁶ A Ação da SUDENE para o Desenvolvimento Regional. SUDENE, 1977.

⁷ BRASIL/MINTER/SUDENE - BNB. “Relatório Preliminar da Pesquisa sobre a Indústria Incentivada pelo Sistema 34/18 - FINOR”. Recife, SUDENE, 1980.

⁸ Os incentivos fiscais do 34/18 FINOR tiveram como objetivo captar recursos (capital financeiro) que possibilitassem a realização de investimentos na indústria nordestina, dada a incipiente acumulação de capital existente. De acordo com esse sistema de incentivos, era permitido às empresas, nacionais e estrangeiras, a dedução de 50% do imposto de renda devido à União desde que aplicassem esses recursos, sob a forma de participação, acionária, em empreendimentos industriais localizados no Nordeste.

⁹ GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. Recife, Editora Massangana, 1989.

isenção do ICM por prazos de até 5 anos, variando entre os estados. Além disso havia a infraestrutura “doada” pelos estados, com intuito de formar seus parques industriais.

1.4 – POLONORDESTE

Os efeitos da seca de 1970 sobre a economia nordestina só reforçaram a teoria do GTDN de que o problema da região não era apenas natural, mas também estrutural. Ganha importância então a idéia de desenvolver a economia rural nordestina nas áreas de maior potencial.

Com este intuito, durante o governo de Ernesto Geisel é instituído o POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – através do Decreto nº 74.794 de 30.10.74. O Programa surgiu em consequência de estudos feitos por uma comissão criada pelo Governo Federal, especialmente para apresentar propostas para o desenvolvimento da região-problema do país.

De acordo com o Decreto que o criou, o POLONORDESTE tinha por objetivo “promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste”. Para coordenar o Programa não foi criado nenhum outro órgão público, ficando esta responsabilidade a cargo de outros já existentes, diretamente ligados ao desenvolvimento regional, fossem eles municipais, estaduais ou federais. Dessa forma, descentralizando a administração, tornava possível uma maior heterogeneidade de ações, adequadas às especificidades de cada sub-região.

A idéia fundamental do Programa era selecionar áreas estratégicas na região que, através do POLONORDESTE, sofreriam um incremento na infra-estrutura econômica e social, nos serviços de apoio à produção e crédito rural, que refletiria nas outras atividades econômicas, cujos efeitos também seriam irradiados para as áreas ao seu redor. Para cada área seria elaborado um Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). Estas áreas tornariam-se pólos rurais de desenvolvimento. Cada pólo foi selecionado de acordo com fatores de ordem

ecológica e demográfica e considerando também seus diversos estágios de desenvolvimento social e econômico.

Através do POLONORDESTE obras importantes foram realizadas na região que teve grande parte de sua área e de sua população envolvidas nas ações do Programa.

Como dados mais expressivos da atuação do POLONORDESTE, tem-se que tal Programa “proporcionou, até 31.03.82, assistência a aproximadamente 300 mil agricultores, o que representa 3,0% da população rural e 9,2% da PEA residentes nos PDRI. Foram trabalhados um pouco mais de 2,5 milhões de hectares, ou seja, 3,0 e 1,5% das áreas totais do POLONORDESTE e da região, respectivamente, o que representa uma média de 8,5 ha por agricultor assistido(...)”¹⁰.

Os principais resultados obtidos através de recursos do POLONORDESTE são:

- Para melhoria no escoamento da produção, cerca de 4.400 Km de estradas vicinais foram construídos e 2.273 Km foram melhorados, beneficiando 1.072 comunidades;
- Nos itens assistência técnica e extensão rural foram instaladas 495 bases operativas e realizados 5.626 treinamentos;
- No setor educacional 21 centros educacionais e 2.214 escolas foram construídos, beneficiando 2.851 comunidades;
- 17.622 títulos fundiários foram emitidos correspondentes a aproximadamente 262.000 ha. 124.877 ha foram adquiridos e 45.293 ha redistribuídos;
- Dos investimentos na área de saúde tem-se que 98 centros e 772 postos de saúde foram construídos, beneficiando 2.112 comunidades;
- 1.083 propriedades foram eletrificadas com a construção de 850 Km de linhas de distribuição, beneficiando 34 comunidades;

¹⁰ Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo. BNB. ETENE. Série Projeto Nordeste. Fortaleza, 1985.

- A renda da população assistida pelo Programa também sofreu incremento, sendo este mais significativo para os produtores de áreas irrigadas (7 a 8 salários mínimos), que para os produtores de sequeiro (em torno de 1,5 salário mínimo).

Apesar dos avanços inegáveis da economia nordestina impulsionados pelo POLONORDESTE, este não conseguiu alcançar seu objetivo principal que era desenvolver e modernizar a agricultura regional, tornando a economia rural mais forte e resistente às secas.

Um dos principais motivos relaciona-se ao crédito. Apesar de ter uma forte participação dos dois principais bancos atuantes na região, o Banco do Brasil e o BNB, e contar também com recursos externos, principalmente provenientes do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, o crédito não foi suficiente, visto que na maioria dos casos não era liberado o valor aprovado aos PDRIs¹¹.

“Além de insuficiente, pairam sobre o crédito rural as acusações de que é inoportuno e inadequado. Inoportuno porque os recursos chegam aos agentes financeiros fora da época ou porque os produtores recebem com atraso parcelas que já deveriam ter sido liberadas. Inadequado visto que a finalidade do recurso disponível nem sempre é a desejada pelo público-meta, isto é, há dotação para investimento quando se deseja custeio ou vice-versa.”¹²

Outro motivo foi de ordem natural, o que não é de surpreender: cinco anos seguidos de seca. Além disso houve também a crise econômica nacional que, obviamente, atingiu mais intensamente os que encontravam-se menos prevenidos, como é sempre o caso do Nordeste.

¹¹ Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo. BNB. ETENE. Série Projeto Nordeste. Fortaleza, 1985.

¹² Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo. BNB. ETENE. Série Projeto Nordeste. Fortaleza, 1985. Entenda-se investimento como capital necessário para iniciar um negócio ou expandí-lo; e custeio como capital necessário para manter um negócio em atividade.

1.5 – Avaliação dos principais resultados

É inegável que o Nordeste sofreu transformações radicais nos seus meios político, econômico e social. Um estudo da SUDENE sobre o desenvolvimento regional¹³ revela em números o progresso alcançado: * em 1960 o PIB nordestino era de US\$ 8,6 bilhões passando para US\$ 51,3 bilhões em 1998 (taxa média de 6,6% ao ano), sua contribuição no PIB nacional passou de 13,8 para 15,7% no mesmo período; * no setor industrial a taxa média anual de crescimento foi de 6,2% durante as décadas de 1960, 70 e 80, sendo que a indústria moderna aumentou sua participação no VTI regional (de 24,2% em 1960 para 60,4% em 1984), enquanto os ramos tradicionais perderam participação (de 75,8% em 1960 para 39,6% em 1984), e para explicar estes números tem-se que “a produção de bens de consumo não duráveis decaiu de 73,3 para 41,2% do VTI regional, enquanto a de bens intermediários subiu de 24,2 para 50,9% e a de bens de capital e consumo duráveis cresceu de 2,5 para 7,9%”, cabendo destacar também, no âmbito das transformações neste setor, a formação de pólos e complexos industriais espalhados em toda a região, sendo o Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, o Complexo Industrial de Base em Sergipe, o Pólo Cloroquímico de Alagoas, o Pólo Químico-Metalúrgico no Rio Grande do Norte, o Complexo Industrial Diversificado do Ceará, o Complexo Industrial-Portuário de Suape em Pernambuco e o Pólo Siderúrgico do Maranhão, os principais; * o setor de serviços cresceu a uma taxa média anual de 8,1% no mesmo período, expandindo também sua participação no PIB regional que passou de 47,5% em 1960 para 60,9% em 1988, destacando-se os segmentos mais modernos como o de transportes, o financeiro, o de comércio, o de saúde, hotelaria e telecomunicações; * já o setor agropecuário teve uma queda da sua participação no PIB nordestino de 30,4% em 1960 para 14,3% em 1988, registrando uma taxa média anual de crescimento de apenas 3,1%, decorrente em grande parte da falta de chuvas e da baixa modernização rural.

Apesar do crescimento da economia nordestina registrado nas últimas décadas, este não foi capaz de transformar a estrutura social tanto quanto transformou a estrutura produtiva.

A evolução das participações setoriais no PIB nordestino mostra o quanto as atividades agropecuárias têm perdido espaço para os setores industrial e de serviços, cujos crescimentos concentraram-se nos centros urbanos os quais não foram capazes de atender às demandas sociais. Quando se analisa a questão do emprego criado nestes setores é que se constata mais claramente o seu baixo desempenho social, pois o crescimento das oportunidades de emprego não alcançou nem de perto a demanda regional. Prova disso é o enorme contingente populacional que migrou para outras regiões (cerca de 3,6 milhões de pessoas nas décadas de 60, 70 e 80). Além disso, dos que aqui permaneceram, ao final da década de 80, 40,4% da PEA encontrava-se em situação de subemprego nos mercados informais urbanos, principalmente, e 2,3% em situação de desemprego.

A partir desses dados constata-se a necessidade de gerar emprego e desenvolvimento no meio rural. É preciso fixar o homem no campo para que se reduzam as pressões populacionais nos centros urbanos que já provaram não terem condições de absorver tanta gente. Porém, desta vez tem que se planejar de forma diferente. Desenvolver o campo sem deixá-lo tão vulnerável às estiagens. Para tanto, produzir com irrigação, em condições de competir no mercado, diversificar a produção não somente com produtos primários mas também com produtos processados industrialmente, parece ser a melhor idéia. Desta forma, haverá empregos não só para a população melhor preparada, com níveis educacionais mais elevados, nas agroindústrias e nas próprias unidades agrícolas, já que estas deverão ser encaradas como empresas, entidades produtivas com diversos níveis organizacionais, mas também haverá ocupação para a população de baixa ou nenhuma escolaridade diretamente nas lavouras.

¹³ Modernização Regional em Curso. 30 anos de SUDENE. SUDENE. Recife, 1990.

É neste contexto que a fruticultura tropical irrigada será abordada no próximo capítulo, pois dentre as atividades agrícolas propícias à região Nordeste, é a que apresenta maior retorno social, além de um rápido retorno financeiro.

Capítulo II – A Cultura de Frutos Tropicais no Nordeste Brasileiro

Na segunda parte deste trabalho será abordado o tema central: a fruticultura nordestina. O estágio de desenvolvimento desta atividade, as possibilidades de crescimento e sua importância para a economia regional.

Apesar de todas as políticas direcionadas ao Nordeste por parte do governo federal e da significativa quantidade de recursos financeiros enviados à região – investidos ou não – durante este século, não se conseguiu reverter as características sociais que sempre mostraram-se predominantes no Nordeste brasileiro. A zona urbana conseguiu de certa maneira aproveitar os recursos disponíveis tornando-se, em alguns estados, o centro dinâmico do desenvolvimento, principalmente industrial. Mas as grandes cidades da região encontram-se hoje mergulhadas num caos social com grande parte da sua população vivendo em condições subumanas, sem acesso à saúde, moradia, segurança, educação e outros itens indispensáveis ao seu bem-estar. Segundo dados da ONU (PNUD-IDH-1997), as dez cidades brasileiras que apresentam melhor qualidade de vida estão situadas no eixo Sul/Sudeste, enquanto as 10 cidades com pior qualidade de vida situam-se no Eixo Norte/Nordeste (foram analisados itens como educação, expectativa de vida e renda). O caos urbano é, em certa parte, consequência da desestruturação da zona rural que a cada crise libera um enorme contingente populacional para as cidades, que por sua vez não têm condições de absorvê-lo, relegando-o a uma vida marginal.

Certamente uma reforma agrícola¹⁴ por si só não seria a solução para todos os problemas da região, porém, como será mostrado neste capítulo, tal reforma contribuirá indubitavelmente e significativamente para o desenvolvimento tanto econômico como social regional.

¹⁴ Entenda-se por reforma agrícola uma transformação geral no meio rural, abrangendo não somente a questão da propriedade da terra, mas também a questão produtiva, ou seja, o quê, onde, quando e quem produzir.

2.1 – Panorama Agrícola Atual

O que caracteriza atualmente a agricultura regional é um forte atraso tecnológico e a permanência do pequeno e médio agricultor na produção de feijão, milho e mandioca, principalmente. Uma das principais razões que fazem os agricultores investirem nessas lavouras é o clima do sertão que com secas periódicas limita as possibilidades de produção resumindo-as a lavouras de ciclo curto, resistentes às baixas precipitações. No litoral, a situação é um pouco diferente, pois a região é úmida e produz principalmente cana-de-açúcar, coco-da-bahia, cacau e castanha de caju. Destaca-se também no Nordeste a pecuária, embora extensiva e de baixos rendimentos, concentrada em pequenos animais (caprinos e ovinos).

O objetivo desse trabalho é mostrar que a agricultura nordestina tem grandes possibilidades de tornar-se mais produtiva e mais rentável, sendo necessário para tanto que se liberte da dependência da natureza. O homem sempre foi um elemento transformador da natureza. Por que então agora deixar de sê-lo? Através da irrigação é possível ao homem do campo transformar o principal obstáculo imposto a ele pela natureza: a escassez de água. É possível ao agricultor nordestino ter água para abastecer sua lavoura durante o ano inteiro. Isso contribuiria para elevar a produtividade do agricultor possibilitando também sua fixação no meio rural, evitando o fluxo de flagelados para as grandes cidades nas épocas de estiagem. Essa estabilidade na produção agrícola refletiria nos preços dos produtos primários desencadeando todo o processo de queda de preços na economia através da redução do preço da mão-de-obra¹⁵. Mas isso é assunto para análises macroeconômicas mais aprofundadas, o que fugiria ao assunto desse trabalho.

O Nordeste brasileiro possui água suficiente para viabilizar projetos de irrigação ao longo de seu território capazes de mudar a paisagem do sertão. “A soma dessas

¹⁵ Para o leitor que desejar maiores esclarecimentos sobre o assunto, consultar *Macroeconomia*. Rudiger Dornbush & Stanley Fischer, 1991.

disponibilidades monta a um total entre 900 e 1.200 m³/s (600 a 800m³/s no São Francisco, 200 a 500m³/s no Parnaíba e 100 a 150m³/s nas outras fontes*) o que resulta em área entre 900.000 e 1.200.000 ha irrigáveis”.¹⁶

É uma área bem abrangente e torna-se ainda mais vistosa se se considerar tudo o que pode ser feito nela. A proposta que será apresentada, defendida e justificada neste trabalho é o aproveitamento desta área para a produção de frutos tropicais para abastecimento dos mercados nacional e internacional.

2.2 – Por que a Fruticultura?

O Nordeste brasileiro possui características que favorecem bastante o cultivo irrigado de frutos tropicais. Entre tais características cabe destacar uma que é singular, a saber, o clima tropical semi-árido. É a única região do mundo a apresentar este tipo de clima. Outros fatores que também justificam a fruticultura são o solo fértil, a disponibilidade de água e a localização que facilita a comercialização com os mercados interno e externo. Não se pode esquecer que ao fazer uma opção pela produção irrigada de frutos, está se optando por uma cultura mais rentável que a tradicional cultura de grãos, inclusive no que diz respeito ao retorno financeiro dos investimentos: quanto aos custos com a irrigação tem-se que “para cada metro cúbico de água utilizada na produção de arroz o retorno é de US\$ 0,01 e de feijão é de US\$ 0,20, enquanto que na produção da acerola é de US\$ 3,25 e da uva US\$ 6,10”¹⁷. Desses dados conclui-se que a irrigação torna-se muito mais vantajosa numa lavoura frutícola que numa lavoura de grãos.

* As “outras fontes” citadas seriam os açudes, barragens e rios menores como o Jaguaribe, Acaraú, Piranhas, etc.

¹⁶ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura no Nordeste. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília, 1997.

¹⁷ Jornal O Povo (05.12.94).

2.2.1 – Indicadores Econômicos

A tabela a seguir mostra alguns indicadores da atividade frutícola desenvolvida atualmente no Nordeste.

Tabela 2.1 – Indicadores Econômicos da Fruticultura

Fruta	Produtividade (t/ha)	Investimento Inicial (US\$/ha)	Custo Anual de Manutenção (US\$/ha)	Receita Anual* (US\$/ha)
Abacaxi	40	6.000	3.500	8.000
Acerola	20	3.000	2.500	10.000
Banana	40	4.500	2.000	12.500
Çaju**	40	2.000	900	20.000
Graviola	10	8.000	6.000	9.500
Limão	20	4.000	3.000	13.500
Manga	20	4.000	3.000	12.000
Maracujá	12	5.500	5.000	9.000
Melão***	50	6.000	-	10.000
Papaia	25	6.000	3.000	12.000
Tangerina	20	4.000	3.000	6.000
Uva	40	12.000	11.000	30.000

Fonte: Ministério da Agricultura.

Deve-se considerar que com a irrigação diminui a dependência da produção em relação às chuvas, pois as águas armazenadas e os rios perenizados garantem água o ano inteiro, possibilitando mais de uma colheita anual como já ocorre com o melão.

Através da Tabela 2.1 pode-se ver o quanto a atividade frutícola pode ser rentável. Vale destacar a performance do caju que proporciona uma receita anual 22 vezes maior que seu custo de manutenção; e o caso da uva que, embora apresente um custo de manutenção maior, apresenta também a receita mais expressiva – 30.000 dólares por hectare ao ano.

2.2.2 – O Emprego e a Renda

Segundo dados do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, a fruticultura gera em média um emprego por hectare com variações inclusive quanto à cultura analisada. A Tabela

* Os dados da receita referem-se a médias entre preços de mercado interno e externo após a primeira colheita.

** Cajueiro irrigado para venda do pedúnculo in natura com aproveitamento de 50% da produção.

*** Duas safras anuais.

2.2 mostra a quantidade de empregos criada com a introdução da irrigação na agricultura do Nordeste.

Tabela 2.2 – Geração de Empregos em Diversas Culturas Irrigadas no Nordeste.

Cultura	Empregos (homens - ha/ano)		
	Direto	Indireto	Total
Arroz	0,3591	0,1269	0,4860
Feijão	0,0650	0,0212	0,0862
Cebola	0,8036	0,3286	1,1322
Tomate	0,6664	0,2854	0,9518
Melão	0,3460	0,2542	0,6002
Melancia	0,2772	0,1561	0,4333
Tomate/Feijão	0,7546	0,3078	1,0623
Tomate/Cebola	1,4700	0,6140	2,0840
Tomate/Melão	1,0124	0,5396	1,5520
Tomate/Melancia	0,9436	0,4415	1,3851
Banana	0,5000	-	-
Uva	5,4440	-	-

Fonte: Proni – “Anais do Seminário Internacional de Modernização Agrícola e Emprego: O Caso do Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil”. 1989.

Com a irrigação a cultura de frutos gera maior número de empregos que a cultura de grãos, destacando-se a cultura da uva que gera mais de 5 empregos por hectare ao ano.

“Com o valor médio dos investimentos em fruticultura irrigada, (...), chega-se a um custo de R\$ 6.000,00 por emprego, valor bem inferior ao de outros setores tais como: agricultura de sequeiro (R\$37.000,00); bens de consumo (R\$ 44.000,00); turismo (R\$ 66.000,00); indústria em geral (R\$ 83.000,00); indústria automobilística (R\$ 91.000,00); pecuária (R\$ 100.000,00); metalurgia (R\$ 145.000,00) e química (R\$ 220.000,00)”¹⁸. Se a produção de frutos fosse desenvolvida no Nordeste de forma organizada, com crescimento gradual da área utilizada, esta atividade contribuiria, sem dúvidas, para diminuir o êxodo rural que causa tantos transtornos na zona urbana e inclusive mal versação das verbas públicas em ações que não seriam necessárias caso o campo conseguisse fixar seus habitantes em seu meio.

No que respeita à renda, o valor médio levantado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento é de R\$ 8.000,00/ha. Porém o dado mais impressionante é que 100 mil hectares incorporados à fruticultura irrigada por ano gerariam um aumento de renda regional de R\$ 800 milhões, ou seja, 0,8%. Com esse incremento na renda regional seria possível a diminuição das disparidades inter-regionais¹⁹ em um período de tempo relativamente curto, desde, é claro, que não houvesse mudanças mais expressivas no Centro-Sul.

2.2.3 – O Mercado

O nordeste brasileiro apresenta condições excepcionais para o cultivo de frutas tropicais. Seu clima tropical semi-árido, único no mundo, assegura uma vantagem comparativa em relação às demais regiões produtoras do mundo, que se bem aproveitada elevará a posição do Brasil no mercado mundial de frutas. São em média 2.800 horas de sol ao ano. A alta luminosidade, a baixa umidade relativa do ar, a constância do calor, se aliadas à irrigação, poderão tornar a agricultura nordestina mais eficiente. O clima tropical semi-árido “proporciona maior velocidade de crescimento das plantas, melhor qualidade, maior produtividade, menor infestação de pragas e doenças e, portanto, menor necessidade de utilização de produtos fitossanitários, menor impacto e menores custos”²⁰. Com a constância hidráulica será possível obter mais de uma colheita ao ano, haverá produção o ano inteiro, diferentemente de países da América Central, do Sudeste Asiático e do México – principais fornecedores dos mercados do Hemisfério Norte – que possuem clima temperado. Esta já é uma lacuna de mercado a ser preenchido pela produção nordestina. Será possível abastecer os mercados da CEE, do Japão e dos EUA durante a entressafra de seus maiores fornecedores.

¹⁸ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura no Nordeste. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília, 1997.

¹⁹ Para se ter idéia da relevância dessas disparidades, em 1994, de acordo com o Ministério da Agricultura, a renda per capita do Nordeste representava apenas 48,37% da média nacional.

²⁰ Programa de Apoio do Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste. MAA, Brasília, 1997.

Tabela 2.3 – Participação do Brasil na Produção Mundial de Frutas em 1991.

Fruta	Produção (em milhões de t)		Participação do Brasil	
	Brasil (1)	Mundo (2)	[(1)/(2)]%	Ranking Entre Países Produtores
Abacate	0,1	2,0	5,0	4º
Abacaxi	0,8	10,1	7,9	4º
Banana	5,6	47,7	11,7	2º
Laranja	18,9	55,3	34,2	1º
Limão e Lima	0,4	6,8	5,9	6º
Maçã	0,5	39,4	1,3	15º
Mamão	1,5	4,3	34,9	1º
Manga	0,4	16,1	2,5	7º
Melancia	0,5	28,9	1,7	13º
Uva	0,6	57,2	1,0	20º

Fonte: IBRAF e FAO

O Brasil é o maior produtor mundial de frutas. São 32 milhões de toneladas de frutas por ano²¹. Porém apenas 1% dessa produção é comercializada no mercado externo. Este baixo desempenho nas exportações deve-se em grande parte à baixa qualidade das frutas aqui produzidas. Com exceção da laranja, do mamão-papaia, do melão, da mangaba e da uva de mesa, que já têm boa aceitação no mercado externo, as demais frutas ainda não conseguiram esta penetração. Apesar de existir demanda para estes produtos nos mercados do Hemisfério Norte, a produção brasileira esbarra em questões fitossanitárias, principalmente, além de outras barreiras não-tarifárias. Este problema será analisado mais a frente, porém, desde já esclarece-se que esta deficiência é perfeitamente reversível através de melhorias na formação/ informação do produtor.

Nos anos de 1993/94, as exportações brasileiras de frutas frescas atingiram um valor total de US\$ 130 milhões²². Deste valor o Nordeste contribuiu com a metade. É um valor alto principalmente considerando que é relativo a apenas 1% da produção do país.

²¹ Jornal Diário do Nordeste (16.11.95).

²² Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura no Nordeste. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília, 1997.

Uma outra vantagem das frutas é o seu alto coeficiente de elasticidade-renda. É o maior entre os alimentos de origem agrícola, o que também se mostra como vantagem no mercado interno. Tem-se que com o aumento do nível de renda, aumenta também o consumo de frutas até um ponto em que se torna constante, ponto este que o Nordeste ainda está longe de atingir. Este fato, aliado a mudanças na cultura alimentar que está se voltando mais para produtos naturais como forma de prevenir doenças como o câncer e cardiopatias, indica um potencial aumento da demanda interna.

De fato, o mercado nacional cresceu entre os anos de 1993 e 1995 em US\$ 200 milhões, via importações. Atualmente o Brasil importa um valor de US\$ 400 milhões em frutas, principalmente pêra, uva e maçã dos EUA, da Argentina e do Chile. O abastecimento interno via produção nacional, portanto, teria reflexos positivos também no saldo da balança comercial ao promover um processo de substituição de importações, cujos efeitos diretos e, principalmente, indiretos já são conhecidos da história nacional.

Com uma população de mais de 150 milhões de habitantes, o mercado nacional mostra-se tão atraente quanto o internacional, além da comercialização interna ser mais simples com demanda menos exigente. Esta diferença entre demanda interna e externa em seus graus de exigência abre espaço para toda a produção independentemente de seu grau de qualidade. Internamente existe demanda para toda a produção de acordo com os diversos níveis de renda.

2.2.4 – Áreas Para Produção

“A região nordeste dispõe hoje de 450.000 hectares irrigados, estando grande parte dessa área dedicada à agricultura tradicional. Mais 200.000 hectares poderiam ser irrigados e produtivos se dezenas de obras e perímetros públicos inconclusos pudessem ser completados. Outros 1.000.000 hectares, aproximadamente, ainda são susceptíveis de ser incorporados à irrigação produtiva no Semi-Árido, com custos de investimento relativamente moderados: 650.000 hectares ao longo do Rio São Francisco, entre Pirapora e Paulo Afonso; 200.000

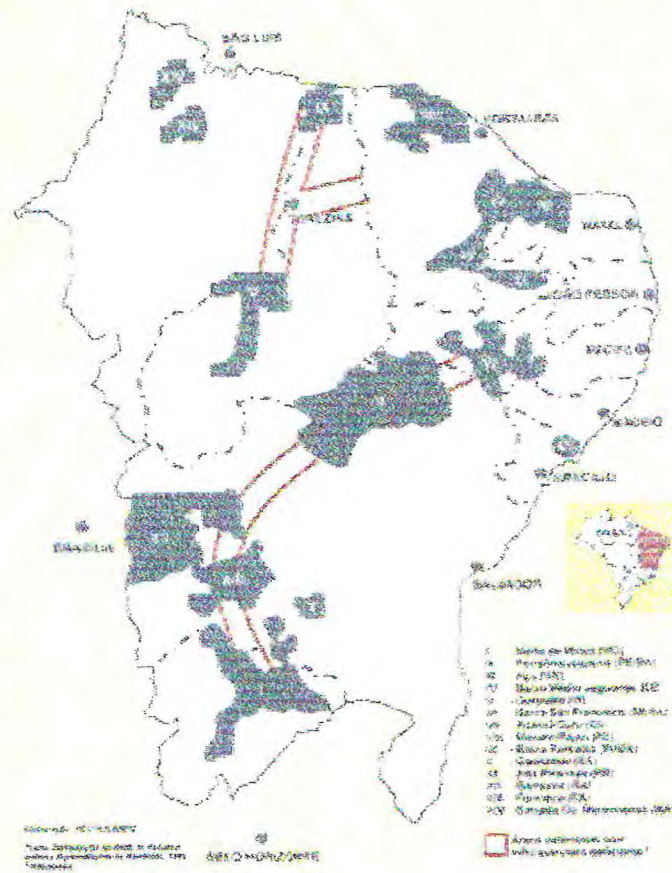
hectares nas margens do Rio Parnaíba, e os restantes 150.000 hectares nas vazantes de açudes, rios menores e águas subterrâneas”²³.

A maior parte dessa área abrange 14 pólos de desenvolvimento. São eles: Norte de Minas (MG); Petrolina/Juazeiro (PE/BA); Açu (RN); Baixo Médio Jaguaribe (CE); Gurguéia (PI); Baixo São Francisco (SE/AL); Acaraú/Curu (CE); Moxotó/Pajeú (PE); Baixo Parnaíba (PI/MA); Guamambi (BA); Barreiras (BA); Alto Piranhas (PB); Formoso (BA); Baixada Oc. Maranhense (MA). Estes pólos, segundo estudo realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil, já possuem infra-estrutura bem elaborada, quase completa, o que diminui a perspectiva de gastos com instalação de novas lavouras. Além dessas áreas, existem outras tantas passíveis de desenvolvimento, embora com pouca ou nenhuma infra-estrutura, o que eleva os custos iniciais de produção, necessitando de um período mais longo de tempo ao produtor para recuperar seus investimentos. O mapa 2.1 ilustra bem a distribuição e abrangência desses pólos de irrigação ao longo de toda a região.

²³ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura no Nordeste. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília, 1997.

MAPA 1

Áreas Com Potencial Econômico de Desenvolvimento no Nordeste



2.2.5 – Produtos Potenciais

O Brasil está entre os maiores produtores mundiais das principais frutas comercializadas no mercado internacional. A tabela 2.4 mostra as frutas que mais se destacam neste mercado, e que sozinhas respondem por mais de $\frac{3}{4}$ do comércio mundial deste produto, no período de 1989 a 1993.

Tabela 2.4 - Evolução da Comercialização de Frutas Frescas no Mercado Internacional

	Banana	Laranja/Tangerina	Maçã	Uva
1989				
Toneladas	8.321.213	5.403.447	3.525.223	1.415.394
%	35,2	22,9	14,9	6,0
US\$	3.002.363	2.527.943	1.688.697	1.295.906
1993				
Toneladas	11.807.013	5.871.976	3.915.188	1.767.510
%	39,5	21,5	14,3	6,5
US\$	4.225.150	3.042.010	2.085.363	1.754.129
Média				
Toneladas	10.036.107	5.754.136	3.858.676	1.664.274
%	38,6	22,1	14,8	6,4
US\$	3.880.213	3.011.925	2.282.327	1.680.070

Fonte: IEA

“Entre 1989 e 1993 a média de frutas comercializadas, no mercado mundial, foi de 26 milhões de toneladas, montante que resultou em um faturamento médio anual de US\$ 14 bilhões”²⁴. Para se ter uma idéia do baixo desempenho brasileiro, em 1995 o Brasil exportou apenas cerca de US\$ 100 milhões. O que é mais interessante e intrigante na análise deste dado é a constatação de que, as principais frutas comercializadas internacionalmente (banana, laranja e tangerina, maçã e uva, como exposto na tabela 2.4) são as mesmas que o Brasil mais produz. O Brasil é o primeiro produtor mundial de banana (8,5 milhões de toneladas – 16,6% da produção mundial); o primeiro também na produção de laranja (15,2 milhões de toneladas – 26,4% do total); é o primeiro ainda na produção de mamão; o terceiro na produção de abacaxi e tangerina; o quinto produtor de manga; o décimo sexto produtor de maçã; e o décimo sétimo na produção de uvas.²⁵

O Nordeste destaca-se na produção de algumas das frutas citadas acima. É o caso do abacaxi e da banana, cujos estados maiores produtores são Paraíba e Bahia, respectivamente. A Bahia também é o 2º produtor nacional de mamão e o terceiro na produção de abacaxi e laranja. A tabela 2.5 mostra mais claramente estes dados.

²⁴ MANCHETE RURAL, Rio de Janeiro, Fev. 1996, nº 104

Tabela 2.5 – Ranking Nacional dos Principais Produtores

Culturas/Ano	Colocação dos Principais Produtores		
	1º	2º	3º
Abacaxi/93	Paraíba	Minas Gerais	Bahia
Banana/92	Bahia	São Paulo	Santa Catarina
Goiaba/91	Pernambuco	São Paulo	Rio Grande do Sul
Laranja/92	São Paulo	Sergipe	Bahia
Limão/91	São Paulo	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul
Manga/91	São Paulo	Minas Gerais	Piauí
Maracujá/91	São Paulo	Bahia	São Paulo
Melão/90	Rio Grande do Norte	Pernambuco	Ceará
Melão/91	Rio Grande do Norte	Pernambuco	Bahia
Mamão/91	Espírito Santo	Bahia	Pará
Tangerina/91	São Paulo	Rio Grande do Sul	Paraná
Uva/91	Rio Grande do Sul	São Paulo	Santa Catarina

Fonte: FRUPEX, 1994

Não se pode deixar de citar também o caso do melão. Os três estados brasileiros que mais produzem esta fruta são nordestinos, como foi visto na tabela 2.5. O melão é sem dúvida uma das frutas que merecem maior destaque, e é da experiência da Maísa, empresa localizada no Rio Grande do Norte, que vem seu sucesso. Esta empresa, através de um trabalho sério, de planejamento comercial e busca de qualidade, obteve grandes conquistas no mercado externo, principalmente, e mudou o perfil da região onde está inserida. O caso da Maísa será abordado novamente um pouco adiante, com maiores detalhes de sua performance.

Um estudo do BNB²⁶ publicado em 1991, traz uma análise das cooperativas e associações de produtores rurais dos perímetros contemplados com obras de irrigação pública em vários pólos nordestinos e cita várias culturas alternativas à produção local de então, a partir de sugestões dos próprios irrigantes, dentro de uma perspectiva de ampliação e diversificação produtiva. Os resultados obtidos nesta pesquisa denotam bem a preferência dos produtores pela fruticultura. Segundo a obra citada, “dentre os 32 produtos sugeridos pelas

²⁵ MANCHETE RURAL, Rio de Janeiro, Fev. 1996, nº 104

²⁶ Santos, José Ailton Nogueira dos. Estudos Sobre a Agroindústria no Nordeste: As Cooperativas e Associações de Irrigantes no Contexto da Agroindústria. Fortaleza, Secretaria Nacional de Irrigação, BNB. ETENE, 1991.

organizações de irrigantes, foram priorizados o tomate com 82% das preferências, uva-mesa com 63%, goiaba com 61%, maracujá com 55%, manga com 54%, além do leite e cebola, ambos com 52% do total de cooperativas e associações de colonos. Também obtiveram surpreendentes índices de prioridade o limão, a laranja, o alho, o inhame e a banana”.

É notório, a partir desses dados, o desinteresse dos produtores irrigantes em expandir a produção de grãos que já é tradicional. Em vez disso, a maioria optou por diversificar a produção a partir do cultivo de fruteiras. Entre as justificativas para esta preferência destacam-se: a maior lucratividade dessas culturas; resultados agrônômicos já comprovados em pesquisa local; a certeza da existência de demanda interna; a experiência dos irrigantes; e, uma boa perspectiva de exportação.

Foram apresentados aqui apenas alguns exemplos de frutas com potencial econômico, capazes de participar com sucesso de um programa de desenvolvimento da atividade frutícola no Nordeste. Existem outras tantas também com grandes possibilidades como é o caso do coco, da castanha-de-caju, da acerola.

2.3 – Barreiras ao Desenvolvimento

Atualmente existem ainda fatores de grande importância para a produção e comercialização de frutos no nordeste que não estão sendo bem trabalhados, transformando-se em problemas graves, impedindo a região de desenvolver plenamente sua capacidade dentro desta atividade. Problemas como a baixa qualidade dos produtos, a falta de condições de comercialização, a falta de financiamento, a deficiência da irrigação, são fatores negativos mas perfeitamente contornáveis desde que haja empenho do governo e da comunidade, principalmente da iniciativa privada, na solução destes problemas. Alguns serão expostos a seguir.

2.3.1 – Barreiras Não-Tarifárias

“Barreira não-tarifária – BNT ‘é qualquer instrumento governamental ou outra prática qualquer que não sendo tarifária impede diretamente a entrada de produtos importados no país, discriminando-os, e não se aplicando com igual força no setor doméstico de produção ou de distribuição”.

Pode-se citar diversos exemplos de BNT. As mais comuns são:

- Quotas de importações, não específicas ou seletivas;
- Licenciamento discriminatório e restritivo;
- Restrições a exportação impostas por parceiros comerciais;
- Proibições de importações;
- Benefícios fiscais e subsídios para empresas competidoras com as importações;
- Regulamentações fitossanitárias;
- Regulamentações de rotulagem e embalagem;
- Restrições na comunicação de mídia.

A produção brasileira de frutos sofre algumas das restrições apresentadas acima, principalmente por parte do mercado europeu e norte-americano. Na Europa , por exemplo, existe uma forte vigilância quanto a doenças, quantidade de produtos químicos, aparência e até mesmo ao paladar das frutas.

Existe uma comissão internacional que trata das barreiras não-tarifárias ao comércio de alimentos. É a Comissão Codex Alimentarius (CAC), implantada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização para os Alimentos e Agricultura (FAO) das Nações Unidas, que tem entre suas metas:

- Proteger a saúde do consumidor;
- Assegurar práticas justas no comércio de alimentos;

- Coordenar o trabalho de padrões de alimentos;
- Determinar os padrões dos diferentes grupos de alimentos.

Os países membros da CAC são os mesmos da FAO e da OMS, sendo aberta a qualquer outro que deseje ser representado. Na realidade, o Codex Alimentarius, que é revisto anualmente, beneficia na prática os países desenvolvidos, pois são estes que presidem os comitês. Ocupando posição estratégica, é possível a estes países formularem um Codex Alimentarius que os favoreça, criando conceitos e exigências de difícil adaptação para a maioria dos países.

Será necessário ao Brasil empenho peculiar para solucionar esta questão, já que trata-se de um problema econômico com carga política muito forte.

2.3.2 – Questão Fitossanitária

Como já foi dito anteriormente, o Brasil é o maior produtor mundial de frutas, mas só exporta 1% de sua produção. Um dos principais fatores responsáveis por este mau desempenho no comércio internacional é o inadequado trato fitossanitário das frutas brasileiras. A existência de pragas, de resíduos de agrotóxico em alta quantidade, a presença também de várias outras substâncias perigosas, são alguns dos fatores que inviabilizam a entrada das frutas brasileiras no mercado externo.

A baixa qualidade fitossanitária da produção frutícola nacional deve-se, em parte, à falta de conhecimento do produtor, já que o mesmo não tem muito contato com o mercado externo. São itens de exigência que variam conforme o país importador.

A quantidade de frutos brasileiros que é aceita no mercado externo é muito pequena. O governo deve empenhar-se em contornar este problema. Algo tem que ser feito no sentido de informar os produtores sobre as características do comércio internacional, as exigências do mercado nas diversas formas em que se apresentam.

Atualmente no nordeste existe uma empresa que se destaca na exportação de frutos tropicais. Trata-se da Maísa – Mossoró Agroindustrial S.A.. Seu principal produto é o melão e o principal país importador deste produto são os Estados Unidos. A Maísa é a única empresa brasileira com tradição na exportação de melão para os EUA, pois atende às exigências fitossanitárias deste país, condição que foi conquistada com trabalho e esforço permanente.

O principal entrave à entrada de produtos brasileiros no mercado americano é a presença da mosca-da-fruta. A Maísa, junto com a Defesa Vegetal, o Ministério da Agricultura e até o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, tem conseguido controlar este problema através de um rigoroso esquema de vigilância e acompanhamento. Os Estados Unidos mantêm um técnico fiscalizando todo o processo na época de colheita. A Maísa conta também com uma consultoria especializada em questões fitossanitárias, que dá assistência permanente à empresa. Quanto ao controle da mosca-da-fruta, o trabalho é executado da seguinte forma: são instaladas “armadilhas” em cada galpão de processamento para embalagem e em todos os campos de produção das empresas; as larvas colhidas nas armadilhas são examinadas periodicamente e, se for comprovada a incidência da praga, o combate à mosca é iniciado imediatamente. A Maísa também exporta para o Japão (acerola), para a Europa (maracujá e manga).

Tem-se com a Maísa uma prova de que conquistar o mercado internacional é possível. Há potencial para isto. Para tanto, faz-se necessário, antes de tudo, conhecer suas exigências e trabalhar, construir as condições para atendê-las. Neste ponto a atuação do Estado é fundamental, informando os produtores no que respeita a “o que fazer” e “como fazer”.

2.3.3 – Condições de Comercialização

Das condições necessárias a uma eficiente comercialização da produção frutícola nordestina, o sistema de transportes é um dos maiores gargalos. O transporte torna-se difícil

devido ao alto grau de perecimento dos produtos, necessitando estes de um esquema especial, rápido e eficiente, para que sua qualidade não se perca.

No comércio com os outros países do Cone Sul, que poderiam tornar-se o principal mercado para os produtos nordestinos, a falta de um sistema de transportes fluvial e/ou ferroviário inviabiliza uma competição mais vantajosa. Transportando através de rodovias, que é a via mais usada no Brasil (73% do transporte são feitos por via rodoviária), gasta-se mais tempo para levar a mercadoria ao centro consumidor, fator incidente na qualidade, além de ser mais caro, o que eleva o seu preço final. Isto faz com que a fruta brasileira perca competitividade no mercado internacional.

Considerando a dificuldade de exportar para os países do Cone Sul, volta-se a atenção para os mercados europeu e norte-americano. O Nordeste possui ao longo de sua costa portos de grande capacidade que tornam viável o transporte por via marítima dos seus produtos para aquelas regiões, a exemplo dos portos de Itaqui no Maranhão, Mucuripe e Pecém (em fase de construção) no Ceará, o de Natal no Rio Grande do Norte e o Porto de Suape em Pernambuco.

Outros fatores que dificultam o comércio são as precárias condições de estocagem e embalagem. A maioria dos armazéns não possui as condições necessárias para estocar frutas. Só servem para armazenar grãos. Segundo José Maria Sigrist, coordenador científico do Instituto de Tecnologia de Alimentos, “as condições ideais para preservar a fruta seriam o embalamento feito direto no campo seguido de transporte refrigerado ou de banho frio feito no galpão”. Estes são outros itens que precisam ser trabalhados. As embalagens normalmente utilizadas para frutas são precárias, contribuindo para aumentar o índice de perdas na produção. “No Brasil, o setor de embalagem movimenta US\$ 8,9 milhões por ano, 60% desse total somente no setor alimentício. Entretanto, os frutícolas estão restritos à inadequada caixa K (de madeira), disseminadora de doenças, com variação de medidas e fator incidente na

negociação do frete²⁷. Felizmente já existem alternativas para mudar este quadro: caixas de madeira laminada, de plástico e de papelão ondulado já começam a ser utilizadas no transporte de alguns produtos.

A melhoria das condições de comercialização da produção frutícola nordestina deve passar pela associação dos produtores rurais. Os itens necessários à manutenção da qualidade da fruta desde que sai do campo até chegar ao centro consumidor custam caro. Por meio do associativismo rural seria mais fácil aos produtores, por exemplo, a construção de *packing houses* que garantiriam o cuidado com o produto ainda no campo, a aquisição de caminhões frigoríficos para transportar a produção e, conseguir uma queda também no preço do frete já que, agindo em conjunto, a quantidade negociada seria bem maior tornando menor o custo unitário do transporte.

2.4 – A Importância da Agroindústria

As agroindústrias têm papel muito importante junto aos produtores rurais. No caso dos fruticultores não poderia ser diferente. A presença das agroindústrias traz muitos benefícios ao desenvolvimento da atividade frutícola no Nordeste, mas causa também alguns problemas aos produtores.

Entre as vantagens proporcionadas pelas indústrias processadoras de frutas pode-se destacar: garantia de mercado para a produção dos pequenos agricultores, absorvendo a produção de baixa qualidade, como no caso da banana desidratada; melhoria da eficiência produtiva, inclusive no aspecto qualitativo das frutas, através de orientação técnica prestada pela maioria dessas unidades industriais aos seus fornecedores; aumento do poder de barganha na compra de insumos e venda de matérias-primas; e, facilidade na exportação de frutas nobres.

²⁷ MANCHETE RURAL. Rio de Janeiro, Dez, 1997, nº 126.

Em alguns casos, observa-se que as agroindústrias agem de maneira nociva causando alguns problemas aos produtores, entre os quais vale saber: os preços que as agroindústrias estabelecem para compra da matéria-prima aos produtores que nem sempre são justos, causando desgaste nas negociações; descumprimento de cláusulas contratuais como, por exemplo, deficiência na entrega de caixas aos colonos e no recebimento da matéria-prima ou, ainda, atraso no pagamento aos produtores.

Apesar dessas distorções, o que mais importa é o valor que tem a presença de uma agroindústria próximo aos produtores rurais, pois elas contribuem para diversificar a economia rural gerando emprego, agregando renda dentro da economia, reduzindo custos de armazenagem e transporte e, principalmente, fixando o homem no meio rural ao proporcionar-lhe condições reais de vida no campo.

Capítulo III – Uma Experiência De Sucesso

Neste terceiro capítulo será exposto ao leitor a trajetória de um país que acreditou no seu potencial agrícola e investiu no setor, de forma planejada e organizada, elevando a posição da fruticultura na economia nacional e, o mais importante, colocando o país numa posição de destaque no cenário mundial dentro da atividade em questão.

O Caso Chile

O Chile é hoje o maior exportador de frutas tropicais do mundo, posição que conquistou em um período relativamente curto de tempo, mas com intenso esforço e planejamento. Foi somente a partir da década de 70 que o setor frutícola começou a ganhar ênfase na economia chilena, como parte da política de fomento às exportações.

A evolução da participação das exportações de frutas frescas em relação às exportações totais do Chile, que pode ser verificada na Tabela 3.1, ilustra bem o desempenho deste setor.

Tabela 3.1 – Evolução do Valor dos Embarques de Fruta Fresca e sua Importância Relativa nas Exportações Chilenas (1975-88).
(Em Milhões de dólares)

Anos	Fruta Fresca (1)	Total Agrícola (2)	(1) de (2) %	Total das Exportações Chilenas (3)	(1) de (3) %
1975	37,8	59,7	63,3	1.552,1	2,4
1976	53,9	86,2	62,5	2.086,6	2,6
1977	53,0	126,6	41,9	2.190,3	2,4
1978	101,0	157,7	64,0	2.407,8	4,2
1979	121,0	183,8	65,8	3.894,2	3,1
1980	165,6	244,3	67,8	4.670,8	3,5
1981	196,5	268,0	73,3	3.951,5	5,0
1982	230,4	278,1	82,8	3.821,5	6,0
1983	219,3	253,7	86,4	3.835,5	5,7
1984	291,4	345,6	84,3	3.657,2	8,0
1985	355,7	420,6	84,6	3.823,0	9,3
1986	476,8	557,1	85,6	4.222,4	11,3
1987	527,2	605,1	87,1	5.101,9	10,3
1988	522,6	586,9	89,0	4.053,9	12,9

Fonte: Associação de Exportadores do Chile, A.G.

Como pode-se verificar, a exportação de frutas frescas, um dos itens de exportação frutícola do Chile (os principais são fruta fresca, fruta seca, sucos e conservas), aumentou sua participação no total das exportações passando de 3,5% em 1980 para 12,9% em 1988.

Todo esse desenvolvimento da fruticultura chilena deve-se a diversos fatores de ordem econômica e administrativa, dentre os quais pode-se destacar: uma política cambial favorável; parte do plano de abertura econômica ao exterior que favorecia as exportações e atraía investimentos estrangeiros; a desburocratização, redução das regulamentações, consequência do modelo liberal adotado no país; uma preocupação crescente e justificada com os mercados consumidores no que se refere ao paladar e a questões fitossanitárias.

A política fiscal contribuiu diminuindo o Imposto de Renda (calculado sobre a base estimada e não sobre a base efetiva, esta maior que aquela), e diminuindo também o Imposto Territorial. A política tarifária contribuiu para aumentar a rentabilidade relativa do setor, determinando tarifas baixas e iguais dentro e fora do setor agrícola, o que atraiu empresários de outros setores menos rentáveis e menos competitivos.

A política de empregos e salários favoreceu o setor frutícola que é utilizador intenso de mão-de-obra. Os salários no setor agrícola são menores que nos outros setores econômicos, em parte devido à alta desocupação estacional. Houve também uma modificação nas leis trabalhistas que flexibilizou as normas de contratação e limitou significativamente o direito de greve, proporcionando maior estabilidade no processo produtivo e de distribuição. Mas o fato mais importante é que, a despeito dos baixos salários, o setor frutícola contribui imensamente para a fixação do homem no campo e diminuição do desemprego nacional através de uma crescente necessidade de mão-de-obra no setor agrícola.

Com respeito a outros fatores indiretos dos quais a fruticultura beneficiou-se cabe destacar o plano de pavimentação de rodovias, modernização de portos marítimos, aeroportos,

eletrificação, telefonia rural, reprogramações de dívidas produtivas e tributárias e subsídios diretos a obras privadas de irrigação.

Há diversas entidades chilenas empenhando-se nos âmbitos nacional e internacional para que a produção frutícola daquele país alcance resultados ainda mais expressivos.

Uma dessas entidades é o PROCHILE – Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais. É um organismo técnico subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, executor das políticas oficiais de exportação. Dentro da sua atuação pode-se destacar: o comércio internacional, pois proporciona informações sobre a economia e políticas comerciais, mantendo os produtores atentos às possibilidades e dificuldades nesta área; propõe e negocia acordos internacionais; apóia tecnicamente as gestões de comércio exterior através de estudos e análises que subsidiam as medidas econômicas. É através dos escritórios do PROCHILE espalhados por vários países que os importadores informam-se sobre existência e disponibilidade de produtos e empresas prestadoras de serviço.

Outra entidade são os comitês de Exportação, associados que agem em conjunto, buscando objetivos comuns, porém sem perder suas individualidades, visto que alguns competem entre si. Entre as ações mais destacadas desses comitês com respeito à fruticultura (eles atuam em diversos setores), tem-se a promoção do consumo de fruta fresca fora da temporada nos mercados americano e canadense através principalmente de propaganda e apoio à comercialização.

O Serviço Agrícola e Pecuário (SAG) é mais uma entidade que atua no setor, mais intensamente na área de sanidade vegetal e animal. É uma instituição dependente do Ministério da Agricultura e tem por função o “Controle e Proteção Agropecuários”, ou seja, a busca de um ótimo estado sanitário da produção, controlando e/ou erradicando pragas já existentes no país e evitando o ingresso de outras. Uma importante realização desta instituição foi o Acordo Fitossanitário com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) que permite

realizar no Chile, no lugar de origem, a inspeção fitossanitária das principais espécies de frutas e hortaliças exportadas para os Estados Unidos, evitando uma maior perda de tempo no desembarque dos produtos neste país. O controle é feito por agrônomos do SAG e fiscalizado por especialistas norte-americanos.

A Fundação Chile é mais uma das instituições colaboradoras do processo de desenvolvimento da fruticultura no Chile. É uma corporação de direito privado sem fins lucrativos que conta com especialistas de nível internacional contratados para tarefas específicas e um sistema de procura de novas tecnologias em todo o mundo para atender as suas necessidades e de seus clientes. Para se ter uma idéia da seriedade do seu trabalho, em seu edifício-sede a Fundação possui laboratórios de química, microbiologia, pesticidas e microeletrônica; uma planta-piloto para alimentos; biblioteca técnica e todo o equipamento de que necessita para desenvolver seus trabalhos. A Fundação Chile oferece serviços tecnológicos e de assistência técnica em áreas de matérias-primas, processamento de alimentos, controle de qualidade de produtos frescos, vinhos e álcoois, laboratórios, projetos de inversão, programa internacional. Seus serviços visam um melhor aproveitamento das possibilidades nas atividades agropecuárias.

É importante ressaltar também, no contexto da formação de capital humano, a participação das universidades. As duas principais universidades chilenas, a Universidade do Chile e a Universidade Católica, formaram juntas entre os anos de 1976 e 1987 um total de 670 agrônomos com especialização em fruticultura²⁸.

A pesquisa agrícola foi de fundamental importância no processo de desenvolvimento da fruticultura no Chile. Além das universidades também participaram do processo a iniciativa privada, com o apoio da Sociedade Nacional de Agricultura ainda na década de 40, o Instituto

²⁸ Fonte: Escritório de Estatísticas – Universidade do Chile e Universidade Católica.

de Investigação Agropecuária e até a Universidade da Califórnia, que agiu em conjunto com a Universidade do Chile formando profissionais na década de 60. A pesquisa agrícola prioriza áreas como a introdução e adaptação de espécies e variedades frutícolas, sistemas de condução de plantas, investigação de pestes e enfermidades, e detecção de resíduos de pesticidas.

O governo chileno oferece aos exportadores de frutas um sistema de financiamento que proporciona capital de giro durante o período que vai desde a confirmação do pedido até o embarque. O Banco Central regulamenta a obtenção de crédito em moeda estrangeira na qual o acordo de exportação é feito, e dita as normas para a liquidação de divisas, prazos e formas de pagamento e prorrogação desses créditos quando necessário. É um adiantamento dado ao exportador de frutas, condicionado a um contrato de exportação cujos detalhes devem ser informados ao banco para que este, após avaliar os riscos, libere ou não o financiamento. Este é o chamado crédito de pré-financiamento.

Existe também o crédito de pós-financiamento ou pós-embarque que é concedido ao cliente no exterior, ou seja, o importador. Este crédito é fornecido pelo próprio exportador ou por uma instituição de crédito chilena facilitando a venda a prazo ou adiantando o valor total para que a mercadoria possa ser paga à vista, com taxas de juros de descontos negociáveis no momento de fechamento do contrato de crédito.

Um ponto vital no sucesso da fruticultura chilena é o perfil do empresariado. Como o setor privado é o principal agente nesta área, as características dos empresários são de grande relevância na análise. Serão apresentadas a seguir, apenas a título de informação, algumas dessas características. São elas:

- Alto nível de escolaridade (vários com curso universitário);
- Idade média entre 40 e 50 anos;
- A maioria tem experiência empresarial em outros setores;
- Têm pouco tempo na fruticultura;

- Buscam e têm facilidade em assimilar novas tecnologias;
- Preocupam-se em obter qualificação em administração de empresas;
- Estão atentos às políticas macroeconômicas, sobretudo cambial e trabalhista;
- Participam de associações de empresários;
- Não têm “laços afetivos” com seus negócios, apenas laços empresariais, ou seja, buscam rentabilidade para sua empresa.

Após a exposição deste retrato do esforço chileno no processo de desenvolvimento da fruticultura irrigada, é fácil compreender a posição de destaque que hoje o Chile ocupa no mercado internacional. Foi uma ação intensa dirigida a um objetivo que sem dúvida valeu a pena. E se valeu a pena no Chile que, produzindo numa área de apenas 220 mil ha, em 1995 alcançou a cifra de US\$ 1,4 bilhão com exportação de frutas²⁹, é entusiasmante imaginar o efeito que um processo semelhante produziria na economia brasileira.

²⁹ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília, 1997.

Conclusão

Depois de tantas tentativas de transformar o Nordeste brasileiro que, embora tenham promovido avanços importantes no quadro geral da região, nunca alcançaram seu principal objetivo que era desenvolver a economia e melhorar as condições de vida da população, é necessário se pensar a região de um modo diferente.

No início da batalha pensava-se em armazenar água para a sobrevivência da população e da produção, já que as precipitações eram concentradas em certos períodos do ano e em certas áreas da região. Mas apesar da grande quantidade de reservatórios construídos, a água não chegava a todos que dela precisavam, permanecendo um bem escasso. E como nem só de água vive o homem, mesmo algumas regiões onde ela chegava não conseguiram mudar o quadro de subdesenvolvimento em que se encontravam. Então concluiu-se que a agricultura era inviável no semi-árido, sobrevivendo somente nas outras sub-regiões, ficando aquele condenado às culturas de subsistência, resistentes às baixas precipitações e de baixo impacto social.

A tentativa seguinte consistiu na implantação de uma indústria regional, que aproveitasse as vantagens ali existentes. Este objetivo foi alcançado. Com a ajuda do Estado, que marcou presença fortemente neste processo, indústrias, a grande maioria proveniente do resto do país, principalmente do Sudeste, implantaram-se na região aproveitando, ou melhor, explorando as vantagens oferecidas. Os efeitos é que não foram completamente satisfatórios. Ao invés de promover o desenvolvimento do Nordeste, distorções no processo acabaram fazendo com que o Sudeste fosse o maior beneficiado. É inegável que a industrialização promoveu um relevante grau de desenvolvimento à região, transformando radicalmente algumas cidades. A falha é que este desenvolvimento restringiu-se à zona urbana, ficando o meio rural mergulhado num atraso permanente. Essas diferenças intra-regionais criaram uma atração das cidades sobre o campo, promovendo um êxodo populacional que inchou as cidades transformando-as em zonas de

caos social. Faz-se urgente então desenvolver a economia rural nordestina, criando condições satisfatórias de vida no campo, de forma a também diminuir as pressões nas cidades.

A idéia agora é transformar em vantagem o que sempre foi interpretado como “o grande empecilho” ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste: o clima tropical semi-árido. É através da fruticultura que isso será possível. Não se pode deixar de dar importância a uma atividade tão promissora. Os dados apresentados neste trabalho são suficientes para encorajar os produtores a optarem pela cultura de frutos, ou qualquer um que de alguma forma queira investir numa atividade rentável e de baixo risco.

Não são apenas os resultados econômicos que são atraentes, mas também os resultados sociais. É uma atividade que pode gerar emprego e renda no semi-árido nordestino, acabar, ou pelo menos diminuir um dos piores problemas que há tempos assola a região: as precárias condições de vida da população sertaneja.

O ano é 1998 e mais uma vez a falta de chuvas destruiu as lavouras do sertão, causando substancial aumento nos preços de alguns bens que abastecem as cidades, e tornando deprimente a paisagem do semi árido. Nas zonas irrigadas, no entanto, nada mudou. A terra continua verde, produzindo bens e gerando riquezas. Investindo-se com vontade e seriedade, e na direção certa, dentro de alguns anos essas desigualdades intra-regionais não existirão e o Nordeste será então motivo de orgulho e não de compaixão aos olhos da nação.

É preciso que se invista em irrigação já que a falta de água não é o problema da região, e sim sua má distribuição no território. A solução, portanto, passa pela transposição das águas das grandes bacias hidrográficas da região e pela utilização de reservatórios naturais subterrâneos ainda não explorados, como no Piauí e no Rio Grande do Norte. O volume de água existente é suficiente para atender a demanda que o esforço de produzir frutas no semi-árido criaria. Para que a irrigação chegue aos pequenos e médios produtores rurais se faz necessária a presença do Estado como incentivador, agindo principalmente na criação de linhas

especiais de financiamento. Não se trata de transferir renda do Estado para os agricultores, mas de possibilitar a obtenção de crédito a custos compatíveis com as condições dos produtores.

A questão de preparar os agricultores para agirem como verdadeiros empresários torna importante a participação de vários órgãos que lidam com a profissionalização e aperfeiçoamento de mão-de-obra, órgãos como o SEBRAE ou o BNB que possui alguns programas nessa linha e, principalmente, este processo de formação de empresários rurais passa pelo associativismo. A associação de produtores rurais possui vantagens sobre as outras entidades por estar direta e intimamente ligada aos produtores, proporcionando um entendimento mais apurado das questões que envolvem os associados. Torna mais fácil a solução dos problemas e facilita as negociações de mercado, treinando-os na prática.

Outro ponto de grande importância é a presença das agroindústrias próximo às unidades produtivas. É bom para os produtores, pois assegura demanda para sua produção e é bom também para os agroindustriais que, atuando junto aos agricultores, se fazem entender melhor quanto às suas exigências, obtendo maior controle sobre a qualidade dos produtos que compra. É interessante inclusive que as agroindústrias treinem os produtores de forma que estes atendam da melhor forma possível às necessidades daquelas. Para que o processo de implantação de agroindústrias processadoras de frutas obtenha o sucesso almejado, este deve ficar por conta da iniciativa privada que tem condições para tanto. Até porque é um investimento de boa lucratividade e poucos riscos, o que o torna atraente aos olhos de qualquer investidor.

Caberia ao Estado também, além do incentivo aos pequenos e médios produtores, dispensar atenção especial a esta atividade no âmbito de suas ações macroeconômicas, direcionando as políticas cambiais de forma a facilitar o acesso dos produtores ao mercado externo, proporcionando o máximo de estabilidade no abastecimento.

A fruticultura tropical irrigada necessita, ao longo do seu processo de desenvolvimento, da ação conjunta do governo e da iniciativa privada, estes colocando-se no lugar de principal agente de acordo com cada etapa do processo.

O que se defende neste trabalho é que a fruticultura poderá exercer um papel importantíssimo no desenvolvimento regional. Para tanto, necessita de um “empurrão inicial” na criação de infra-estrutura e na formação/informação dos produtores. A partir daí, somente a convivência com o mercado será suficiente para desenvolver nos produtores o senso empresarial que a atividade requer. Basta seguir o exemplo do Chile que num esforço exemplar, formando capital físico e humano dentro de uma conjuntura favorável, tornou-se a potência que é atualmente no mercado internacional de frutas.

Bibliografia

- ARAÚJO**, José Amauri de Aragão. Barragens no Nordeste do Brasil. Fortaleza, DNOCS, 1982.
- BNB**. Avaliação do POLONORDESTE de do Projeto Sertanejo. ETENE. Série Projeto Nordeste. Fortaleza, 1985.
- BNB**. Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste: as Cooperativas e Associações de Irrigantes no Contexto da Agroindústria. Secretaria Nacional de Irrigação. Fortaleza, ETENE, 1991.
- BNB**. O BNB e o Desenvolvimento Econômico da Região. Fortaleza, 1979.
- BNB**. Revista Econômica do Nordeste. Jan/Mar. 98. Vol. 29, Nº1.
- CODEVASF**. Exportação de Frutas Brasileiras/Coordenado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Brasília. 1989.
- GUIMARÃES NETO**, Leonardo. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
- MANCHETE Rural**. Rio de Janeiro, Dez. 1997, nº 126.
- MANCHETE Rural**. Rio de Janeiro, Fev. 1996, nº 104.

MARANHÃO, Silvio. (Org.). A Questão Nordeste: Estudos Sobre Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste. Brasília, 1997.

SUDENE. A Ação da SUDENE Para o Desenvolvimento Regional. 1977.

SUDENE. Relatório Preliminar da Pesquisa Sobre a Indústria Incentivada Pelo Sistema 34/18. FINOR. Brasil/MINTER/SUDENE/BNB. Recife, 1980.

SUDENE.OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Nordeste. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.